

Pauta: Recicladores, carrinheiro e catadores; licença para trabalhar; unidade de triagem do bairro Humaitá

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): (14h21min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Boa tarde a todos! Sejam muito bem-vindos a esta Casa. Aqui, já presentes os vereadores Aírto Ferronato, Professor Alex Fraga, Pedro Ruas e Alvoní Medina, além deste vereador. Registro a chegada do Ver. Cassiá Carpes também. A pauta de hoje foi uma solicitação feita pelo Rodrigo, conselheiro do Orçamento Participativo da região Humaitá/Farrapos, que trouxe para a CEDECONDH esse tema tão importante para a Cidade de Porto Alegre para falar sobre recicladores, carrinheiros e catadores. É um tema que temos que trazer, sim, para esta comissão. Registro a presença também do Ver. Cláudio Conceição. Espero que nós tenhamos uma boa reunião, nesta tarde de hoje. Nós, vereadores, estamos muito felizes por termos a Casa lotada assim, porque para nós é muito gratificante, pois isso demonstra a importância desse tema, principalmente para nós que moramos em comunidades e temos muitos amigos que há muitos anos dependem principalmente dessa profissão. Então, quero já chamar para fazer parte da Mesa o secretário Léo Voigt, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, seja muito bem-vindo; chamo também para fazer parte da Mesa o Cristiano Rorato, Presidente da FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania; convido também o secretário adjunto. Solicito que sejam colocadas mais cadeiras aqui, por favor, porque nós vamos chamar também as lideranças da comunidade aqui, as quais também vão ter direito à fala, e também para que tenhamos uma reunião que possa esclarecer e também sair daqui com respostas que vocês vieram buscar nesta tarde.

(Manifestações na plateia.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Convidamos, então, para compor a Mesa aqui Sr. Antônio, da Vila dos Papeleiros, por favor. Tem a rampa

de acessibilidade, o senhor pode usar. Convidamos também a Mari; o Sr. Jorge, representando a Santo André; o Sr. Guarnieri, representando o Centro; o Sr. José, da Beira do Rio.

(Manifestações na plateia.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Convidamos também o Sr. Leonel, representando as ilhas. Quero dizer para vocês que mesmo os que não estão aqui na Mesa depois vão ter direito à fala, sem problema nenhum. Como o espaço aqui é um pouco limitado, gostaríamos que todos estivessem aqui, mas depois estaremos fazendo as inscrições e terão direito à fala. O nosso amigo Tio Gaudério também nos prestigiando nesta tarde de hoje, seja bem-vindo. O jornal Boca de Rua, representado pelo Português, sempre presente, junto com a gente aqui em todas reuniões. Seja bem-vindo! Levando esse trabalho sério de anos aí para toda a cidade de Porto Alegre poder conhecer, de fato, a história de vocês, que têm uma história muito linda na cidade de Porto Alegre. Sejam bem-vindos!

Então, vamos dar início, passaremos primeiro a palavra às comunidades, às entidades que estão aqui presentes, para depois passar a palavra para as secretarias, para a fundação e também para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Algum vereador gostaria de fazer alguma fala ou vamos dar início...?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Vamos dar início.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Vamos dar início. Esta tarde, para nós, será muito produtiva e, com certeza, teremos muito aqui. Peço a todos que forem falar sempre dizer o nome completo e a entidade que está representando, porque todas as nossas falas aqui estão sendo gravadas e até para depois vocês poderem ter acesso à ata para poderem acompanhar de perto esta reunião na tarde de hoje. Então é muito importante, sempre que alguém for

falar, dizer o nome completo e a entidade ou a comunidade que está representando. Vamos estabelecer 3 minutos para as manifestações, para todos termos direito ao uso da fala nesta tarde. Vamos aqui pela lista, passo a palavra, então, ao Sr. Antônio, da Vila dos Papeleiros.

SR. ANTÔNIO CARBONEIRO: Meu nome é Antônio Carboneiro, sou presidente da Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros – Arevipa, com muito orgulho, e venho aqui representando todos os meus carrinheiros, papeleiros e donos de galpões. Uma coisa que eu digo, também o meu boa-tarde a todos os vereadores, e eu queria dizer que esta Casa sempre me recebeu bem; todas as minhas conquistas eu conquistei aqui nesta Casa, a nossas moradias, o nosso galpão, tudo foi aqui na Casa do Povo, e, graças aos vereadores que representam o povo, que sempre defenderam a nossa demanda. Hoje eu venho aqui defender o carrinheiro; antigamente, a minha vila era cem por cento papeleiro, mas depois que saiu o loteamento Santa Terezinha, o que aconteceu? Nós temos um número, uma casa... quer dizer que muitos que eram papeleiros fizeram um currículo, foram para uma firma e estão trabalhando em outra coisa. O que restou? Restou do meu povo, que são carrinheiros, a maioria são pessoas que não têm oportunidade de trabalho em empresa. Por exemplo, na minha vila tem negros, desdentados, mulheres carrinheiras e também aquelas pessoas que tiveram um problema na justiça, e a sociedade não perdoa, hoje, na minha comunidade, é um cidadão de bem que trabalha para nossa mãe natureza e para a sua família. Eu sempre digo que cada carrinheiro é um pequeno ambientalista, faz um trabalho grandioso para a nossa cidade, e as pessoas não entendem isso. Eles trabalham tirando o lixo de Porto Alegre dando o destino certo. A minha comunidade é uma comunidade assim que é no Centro, então, a maioria dos carrinheiros carregam tudo ali para a nossa vila. Por exemplo, o nosso galpão da Rua Paraíba foi interditado. O que aconteceu? O pessoal tem que trabalhar, certas pessoas que trabalhavam no meu galpão da Paraíba migraram lá para vila. Quer dizer que, dentro da comunidade, tem uns quantos galpõezinhos que foi por causa do embargo do galpão. Se não tivesse sido embargado o galpão,

eles estariam trabalhando lá na Paraíba. Quer dizer que... eu nem sei mais o que eu vou falar. Eu só sei dizer que...

(Manifestações da plateia.)

SR. ANTÔNIO CARBONEIRO: Eu digo assim, que cada carrinheiro trabalha para a sua família, sustenta os seus filhos com o carrinho. E agora vem essa lei absurda querendo nos tirar da rua. Eu acho que é uma lei injusta, pelo menos por enquanto. Então, o que eu peço aí? Eu peço mais dois anos para a gente poder trabalhar descansado. Por exemplo, eu soube por aquele cidadão lá que o pessoal está pegando os carrinhos, prendendo a mercadoria. Eu acho que não é hora disso. Depois tu falas sobre isso? Quer dizer que em vez de eles tirarem as pedras do caminho do carrinheiro, eles colocam. Eu acho que, por enquanto, é só, o meu muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, seu Antônio. Passamos agora a palavra, então, para a Sra. Maria. Estamos seguindo pela sequência aqui conforme a lista que eles passaram.

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Boa tarde a todos, meu nome é Maria Elise Borges da Rosa, eu estou representando a comunidade da Liberdade e o programa do Desabafa. Pessoal, eu acho que o seu Antônio foi bem claro, primeiramente, aqui ninguém é carrinheiro, aqui ninguém é reciclador, nós somos os médicos da natureza, nós somos os verdadeiros médicos da natureza. Isso eu aprendi com essa moça que está sentada aqui, que eu sou uma médica da natureza, nós todos somos médicos da natureza, porque nós estamos fazendo o bem para a natureza, sem cobrar nada. E hoje, infelizmente, eles querem tirar o nosso pão de cada dia da nossa mesa.

Srs. Vereadores, eu quero só relatar um pouquinho, rapidinho, da minha vida para vocês. Eu tenho 40 anos de idade, meu pai é o Gaudério, preenseiro há anos, e eu descobri que a reciclagem poderia me fazer uma pessoa honesta. Eu

tenho dois irmãos que foram para o mundo do crime e eu também poderia ir, mas eu resolvi que eu tinha que trabalhar. (Palmas.) Eu nunca assinei a minha carteira – eu nunca assinei a minha carteira, gente! Eu tenho 40 anos, se não fosse a reciclagem, talvez hoje eu não estaria aqui, eu estaria dentro de uma cadeia. Eu criei duas filhas com o serviço da reciclagem, uma está aqui, é a Andressa, a outra é a Andrieli, dei estudo para essas meninas através da reciclagem, e hoje são grandes mulheres – uma tem 22 e a outra tem 23 anos, têm carteira assinada, uma coisa que eu não tive a oportunidade de ter. Então eu peço humildemente, gente, para todos vocês: nos ajudem, não deixem tirar o pão da nossa mesa. (Palmas.) Não deixem, isso é uma injustiça, isso é uma injustiça! É uma injustiça que vão fazer conosco, porque, se eu perder esse serviço de reciclagem, eu não sei o que fazer, eu tenho 40 anos e eu não tenho profissão nenhuma, eu nunca assinei a minha carteira. Pensem com carinho no reciclador. E outra, nós estamos fazendo um serviço não só para nós, nós estamos fazendo um serviço para cada um que está aqui, porque o lixeiro é o cara que toca o lixo na rua, que não separa, que não sabe o que é orgânico, o que é reciclável. Nós somos médicos da natureza! Nós somos os médicos da natureza, e nós não vamos, Srs. Vereadores, nós não vamos arredar o pé enquanto nós não realizarmos o nosso sonho que é ser reconhecido como qualquer médico, médico que salva a vida; o médico da natureza também salva, ele salva a natureza, e, salvando a natureza, tu estás salvando vidas. Então, a gente não vai arredar o pé!

Pessoal, e para vocês assim, para muitos nós somos negligentes, nós somos simples negros, simples lixeiros, carrinheiros, recicladores. Nós não somos! Nós somos médicos da natureza. Nós não vamos abrir mão do nosso trabalho. Se eles tirarem o nosso carrinho dia 31, nós vamos para a frente da Prefeitura, nós vamos dormir aqui na Câmara de Vereadores e nós vamos lutar. Nós vamos lutar, porque nós poderíamos estar roubando, nós poderíamos estar matando, mas nós estamos trabalhando, é só isso que eu quero deixar dito. Todos juntos somos fortes, e nós estamos aqui juntos, na mesma luta. É isso. Muito obrigada, uma boa tarde e uma boa luta para todos nós, porque essa luta é nossa.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Mari. Eu fico muito feliz em conhecer a tua história há muitos anos, nós nos criamos juntos praticamente, junto com a minha sempre amiga, tua falecida mãe, a qual tinha um respeito, um carinho muito grande por mim. O tio Galdério também, e as tuas gurias que eu vi pequenas e que hoje estão umas mulheres e que, com certeza, são frutos da tua criação e da tua história que, com certeza, elas trilharam o caminho certo.

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Então, por favor, Marcelo, ajuda a gente aí nessa luta. Se tu moras na mesma comunidade que eu, se tu conheces a minha mãe, conheces as minhas filhas, vem com a gente, dá as mãos para a gente. Nós queremos gente que dê as mãos para nós, porque a gente está cansado de vereador que só quer dar a mão para nós em época de eleição. A gente não aguenta mais isso, só que a gente não vai abrir mão do nosso trabalho. Nós não vamos abrir mão do nosso trabalho, gente.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Mari. Passamos a palavra para o Sr. Jorge. Quero fazer o registro da presença do Ver. Roberto Robaina.

SR. JORGE FAGUNDES: Boa tarde a todos os amigos, colegas de trabalho, colegas de luta. Meu nome é Jorge Fagundes, sou presidente da Vila Santo André. Venho aqui dar apoio a essa classe de trabalhadores, porque, na realidade, todos aqui são trabalhadores, têm uma profissão igual a qualquer um de vocês, parlamentares, que lutaram pelo seu trabalho, que fizeram uma luta e, hoje, vocês são vereadores; nós optamos por ser recicladores.

Então, viemos aqui pedir um direito que vocês já têm: o direito de poder levar o pão à sua família, de poder pagar suas contas. É esse o direito que os carrinheiros, os recicladores, as pessoas dos galpões vêm pedir aqui hoje, que não deveria pedir. Isso se chama democracia, que os senhores conhecem de frente para trás e de trás para frente.

Nós, como senhores votantes, porque somos todos votantes, não é pessoal? Viemos pedir o direito ao trabalho, o direito de poder levar o sustento a cada família, de poder pagar as nossas contas, e hoje se encontra uma lei que proíbe uma profissão, gente. Vocês têm que entender que isso é uma profissão igual a de um vereador. Nós somos recicladores e nós temos o direito, está na lei, nós temos o direito de trabalhar no que nós quisermos. Isso se chama democracia, certo, pessoal?

Meus amigos, o que eu venho fazer aqui hoje é pedir para que os senhores vereadores façam uso aonde eles foram colocados, por quem eles têm que lutar, é por vocês, por nós votantes, nós que decidimos, esta Casa é nossa, gente. Se organizar, se tiver cooperativa, se tiverem associações bem capacitadas, recicladores bem capacitados, como nós já somos.

Hoje existe, dentro da cidade, grandes empresas privilegiadas que fazem a coleta, mas a triagem desse material, mais de 80% é feita pelas nossas mãos, que vai para grandes empresas. Somos nós que fazemos esse trabalho e não somos enxergados, pessoal. Então, está na hora de nós pedirmos aos senhores parlamentares que tomem as devidas providências, que nos enxerguem. Não como lixeiros, mas como a Dona Mari disse: como os heróis da natureza. Esse trabalho nosso já é feito há mais de 40 anos, é um trabalho que foi iniciado pelas mãos dos catadores, depois veio a empresa aprender com a gente para dizer que irá fazer a coleta seletiva da cidade.

Nós temos profissão e, de mais a mais, minha gente, somos unidos. Cadê o projeto para esse povo? Onde está o projeto? Vocês querem tirar, mas qual é o projeto? Vocês têm um projeto? Vocês têm uma organização? Um lugar para colocar? Já fizeram alguma coisa? Não, vocês falaram há pouco tempo que teve uma reunião aqui nesta sala que eu estava presente. O que aconteceu nessa reunião? Tinha um projeto, mas não estava incluído o catador. Quer dizer que nós não representamos nada? Só na hora de votar? Que bacana! Pessoal, desculpe alguma coisa, tenho muita coisa para falar, mas não dá tempo, não deixam.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Sr. Jorge, eu quero colocar que a gente tinha estabelecido 3 minutos para que todos tenham o direito à fala. Todos estão passando, indo quase a cinco minutos, porque a gente está querendo dar o direito igual para todos, até para a gente poder aproveitar os secretários que estão aqui, o poder público, para poder dar a resposta para vocês, que é o que vocês vieram fazer aqui. Peço-lhe desculpas, Jorge, mas depois a gente vai dar novamente o direito à fala para o pessoal. Sr. Guarnieri, por favor.

SR. PAULO GUARNIERI: Minha saudação a todas e a todos, os vereadores e os combatentes da luta dos catadores. Mais uma vez, nós estamos aqui fazendo o mesmo debate, da prorrogação do prazo de proibição dos carrinhos. E eu vou ter que repetir tudo o que eu falei das outras vezes. Até quando nós vamos conservar essas pessoas, que na estimativa deles são mais de sete mil na cidade, se nós consideramos desde aquele que puxa com saco nas costas, passando pelo carrinho, o que leva de caminhonete, o caminhãozinho e aqueles que trabalham nos galpões comunitários – que normalmente são esquecidos – são mais de sete mil em Porto Alegre. Até quando nós vamos preservar essa população, e vejam bem, são famílias de baixa renda. Cinco por família, sete vezes cinco são 35. Quantas cidades no Estado têm mais de 35 mil pessoas? É disso que nós estamos tratando, vereadores, até quando nós vamos tratar essas pessoas dessa maneira, sem segurança para o trabalho? Direito natural do ser humano para a sua sobrevivência. Até quando nós vamos preservar essas pessoas com o medo da proibição? A lei federal protege e a lei municipal exclui. Como é que pode? Como é que pode uma lei municipal contrariar uma lei federal e não acontecer nada na cidade? As pessoas terem que se mobilizar para exigir o cumprimento da lei, a [Lei nº 10.531](#), que proíbe os carrinhos. Ao mesmo tempo que ela proíbe, ela promete a inclusão, porque a lei tem o seu peso e o seu contrapeso; o peso é a proibição, mas tem o contrapeso que é a inclusão, e onde é que está a inclusão? A inclusão não houve, e se não houve inclusão, não pode ter proibição. Nós sabemos qual é o problema, vereadores, nós sabemos qual é

o problema. O problema se chama Programa Todos Somos Porto Alegre. Esse programa, em anos, identificou apenas 230 pessoas na Vila dos Papeleiros; tem mais, identificou apenas 230, e em anos conseguiu incluir 26. Isso é o atestado do que falou o Sr. Antônio, do que falaram esses que me antecederam, são pessoas excluídas do mercado de trabalho e só encontram o sustento nessa fonte de renda. Então, se o problema é o programa, e um programa frustrado, que nós queremos empurrar goela abaixo, nós temos que revisar esse programa. E para revisar esse programa, nós temos que prorrogar o prazo, nós temos que contar quantas pessoas são. Hoje, o poder público municipal não sabe quantos catadores existem em Porto Alegre, não sabe. Nas contas do programa, existem 232 catadores da Vila Santo André, Sr. Jorge, mais de 300, e são 232 no Humaitá-Navegantes, inclui Santo André, Liberdade, Beco X, Tio Zeca e Areia. Gente, o que é isso? Eles nem sabem quantos têm e querem proibir. Para concluir, vereadores, não adianta só prorrogar, nós temos que revisar esse programa à luz da política nacional dos resíduos sólidos, que veio depois da lei que criou o Todos Somos Porto Alegre, então tem que estar adequado a essa lei; tem que estar adequado à política municipal de resíduos sólidos proposta pelo Ver. Moisés Barboza, que eu acho que ele deveria vir para esse debate. Ele criou o programa municipal, não é? Então, ele deveria vir para esse debate, e o programa municipal sugerido pelo Ver. Moisés Barboza inclui todas as pessoas jurídicas de Porto Alegre que atuam na área da reciclagem, quer dizer, a Arevipa está sendo proibida de trabalhar. A Arevipa chegou a ser interditada quando tinha um acordo com a Prefeitura. Que é isso gente? Vamos sentar na mesa, vamos construir um programa com a participação dos catadores, e o protagonismo tem que ser dos vereadores. Muito obrigado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, Guarnieri. Fazendo o registro aqui da Sra. Lúcia, do bairro Mário Quintana, seja bem-vinda. Estamos citando também a presença do Bruno Matos, da União das Associações de Moradores de Porto Alegre. O Sr. José Pedro Lopes está com a palavra.

SR. JOSÉ PEDRO LOPES: Boa tarde, companheiros. Sou presidente da associação dos moradores da beira do rio e estou aqui nessa luta. Eu trabalho desde os meus 17 anos na reciclagem e continuo até hoje trabalhando. Quero perguntar aos meus amigos vereadores. Por que nesta reunião não pediram a presença de um conselho tutelar? Por que olha quantas família vão ficar com seus filhos passando fome! Por que não trouxeram o conselho tutelar para ver o que o conselho ia dizer sobre isso? Quantas pessoas têm filhos aqui neste plenário? Quase todos têm filhos, e cadê o conselho para vir aqui participar dessa reunião, não tem, não trouxeram, não lembraram. Só lembraram em proibir os coitados de trabalhar, mas não lembraram dos filhos deles, não lembraram dos pais deles, senhores de idade que não trabalham mais, que eles sustentam. Eu queria que esta Casa pensasse mais, fosse mais do lado do trabalhador, do catador, do médico da natureza. Porque esse povo que está aí depende da reciclagem, se não é a reciclagem eles passam fome, os filhos deles passam fome. Outra coisa, cadê o direito deles? Cadê o INSS deles? Cadê o salário deles para fazer a limpeza da cidade? A Câmara de Vereadores já pensou nisso? Eu queria saber isso aí, quanto que eles poderiam ganhar. Eles poderiam ganhar um salário mínimo por fazer a limpeza da cidade. E cadê esses direitos? Só pensam em excluir o pessoal, só pensam em proibir o pessoal de trabalhar. Aí quando trafica, é bandido! Quando rouba, é ladrão! Que é isso, me digam, pessoal. Temos que rever isso aí.

Eu não quero tomar o tempo de acima dos três minutos, eu quero pedir consciência dos vereadores que estão aqui nesta Mesa e dos outros que participam na Câmara. Eu quero consciência: pensem nesse povo, pensem nos filhos deles, pensem nos pais, nas mães dessas pessoas aqui, que muitas vezes dependem deles. Certo, pessoal? Muito obrigado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, José. Tinha mais um tempinho ainda para tu gastares. O Sr. José Leonel de Carvalho está com a palavra.

SR. JOSÉ LEONEL DE CARVALHO: Saudar a Mesa, saudar o plenário todo. Eu queria homenagear os carrinheiros, Dona Lúcia, por favor, levante; Sr. Gaudério. Então, o seguinte, o Sr. Gaudério foi o primeiro preenseiro lá do Profetas da Ecologia. A Dona Lúcia é uma guerreira, puxando o seu carrinho, agora está lá na Mario Quintana, com seu galpão. Então, eu acho que essas duas figuras aqui representam todos carrinheiros, evidentemente que começaram a luta lá atrás, mas estão aí na luta, continuam na luta.

Eu, enquanto Caminho das Águas, a ONG do irmão Antônio de Cecchim, que falava que vocês são os profetas da ecologia, com certeza, médicos e médicas do planeta. A pergunta que nós temos feito nesse debate, que vai para quase 20 anos desde que o Ver. Melo criou a lei, ele era vereador, agora virou prefeito, a pergunta que não quer calar, pessoal: bem, vão tirar os carrinheiros, Qual é alternativa? Não tem alternativa. Eles não têm alternativa, esse é o problema. Acho que nem foi nesse governo, dois, três governos atrás, eles tiveram o topete, os burocratas lá, junto com os políticos de plantão da época, de sugerir cursos de inglês para o nosso pessoal. Entendeu, pessoal, curso de inglês, que bacana, acho que era legal. Só que eu acho que o nosso pessoal tem que avançar um pouco ainda no português, entendeu? Então, assim, aquelas coisas de gabinete. Mas o que eu queria pedir aqui para os vereadores é se a Prefeitura tem essa resposta: qual é a alternativa? Não tem alternativa, até agora não deram. Nesses quase 20 anos de debate, a gente não teve essa resposta. Enquanto Caminho das águas, queríamos pedir para a Câmara dos Vereadores, para a comissão aqui, para que se archive esse projeto. A gente não quer nem... Bom, no limite, se prorroga, prorrogar por mais dois anos, mas a nossa proposta é arquivar esse projeto, ou seja, sepultar esse projeto. Essa é a nossa proposta. Muito obrigado. Um forte abraço a todos, boa luta para todos nós.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, Leonel. Quero passar a palavra para o secretário Léo Voigt, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, que logo mais tem uma agenda, mas senhor

tem agora o uso da palavra e, com certeza, a sua palavra será muito importante nesta tarde de hoje.

SR. LÉO VOIGT: Boa tarde a todos e a todas. Vocês reivindicam trabalhar, e se há uma coisa que a cidade quer de vocês é justo o seu trabalho. A cidade quer o trabalho de vocês, dos homens e das mulheres que estão dispostos a trabalhar.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Gente, todos que falaram aqui tiveram o direito à fala e todos ficaram quietos. Então, eu acredito que, para poder escutar o secretário, eu peço o silêncio também, para que também ele tenha o mesmo direito da fala que vocês tiveram aqui. Depois do término da fala, acho importante fazer as considerações, enfim, mas pelo menos a gente poder respeitar, para que vocês consigam entender, todos aqui, o que o secretário, ou até mesmo os outros vereadores possam vir aqui falar, para que a gente consiga passar de forma clara o que vocês vieram buscar. Muito obrigado. Por favor, a palavra, secretário.

SR. LÉO VOIGT: Eu iniciei trabalhando com o tema da reciclagem, no fomento à reciclagem, em 1996, quando, lá na Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, eu recebi o Egidio Fiorotti e a Ilma. Desde lá, eu nunca mais abandonei essa causa. Eu devo a eles, inclusive, ter ingressado neste tema de trabalho profissional desde então. São mais de 30 anos que eu estou trabalhando com esse tema. Por isso, eu queria, em primeiro lugar também, saudar aqui os “n” colegas e companheiros que nos têm acompanhado nesses 30 anos de caminhada. Tem muito amigo aqui, muito parceiro que, há mais de 20 anos, nós trabalhamos juntos no tema dos galpões de reciclagem e no tema dos catadores autônomos. Nós conseguimos, nesse período, elevar renda em Porto Alegre das unidades de triagem, e todas elas deixaram de ser agrupamentos ou associações e passaram a ser cooperativas.

Queria desde já dizer para vocês que, sim, nós estamos desenvolvendo projetos e não proibições. A proibição decorrerá, no futuro, depois de um projeto ou de um conjunto de projetos bem sucedidos. Esses projetos, quem vai ficar disponível aqui para detalhar, companheiros e companheiras, é o Freire, que é quem está coordenando pessoalmente isso. E está coordenando a confecção desses projetos, não sem dialogar permanentemente com as lideranças dos catadores e das cooperativas; permanentemente esses projetos têm sido desenvolvidos em diálogo e passam a ser apresentados como propostas e como encaminhamentos concretos, a partir de agora. Preciso também dizer o seguinte, pessoal, a democracia é um regime de liberdade, mas ela não é um regime em que todo mundo faz o que quer, ela é o regime da lei, e a lei é pactuada por todos; então, o projeto tem que ser feito em conjunto com os catadores. E a lei foi uma decisão democrática da cidade, referendada pela Câmara Municipal, de que essa atividade precisará sofrer uma transição. Então, queria desde já fazer um pacto com vocês aqui – tenho certeza de que os vereadores são os primeiros solidários neste pacto; nós não estamos mais falando de uma política de proibição, nós estamos falando de uma política de transição de atividade com apoio, fomento, financiamento e oferta de alternativas para que os catadores possam, eles ou alguns membros da sua própria família, fazer a transição. Essa experiência nós tivemos nos casos dos carroceiros, conseguimos atingir 100% dos carroceiros, mas não necessariamente foi a pessoa do carroceiro que precisou fazer o curso, que precisou assinar a carteira, mas um membro da sua família aderiu ao programa, com isso ele ganhou indenização da carroça, bolsa de formação. Isso bem sucedido. Eu queria, desde já, propor esse tipo de combinação, nós não estamos falando de proibição, a nossa relação não é uma de confrontação, nem de guerra, sempre foi de colaboração, tanto que, quando saímos dessa sala, todo mundo se reúne e dialoga superbem conosco, nós dialogamos e recebemos todo mundo, nós estamos construindo alternativas. Queria, finalizando, para não me estender, embora esteja disponível, dizer o seguinte: olha pessoal, se vocês estão com algum receio; as pessoas que estão coordenando toda essa política, pela Prefeitura, os vereadores acompanham

isso *pari passu*, é o secretário Léo Voigt, responsável por esta pauta no governo, que tem mais de 30 anos comprometidos com essa pauta; é João Ruy Freire, que foi o maior financiador privado da política de fomento à reciclagem em Porto Alegre, durante mais de 30 anos, e o prefeito pessoal, é o Melo; o Melo não faz nada a fórceps, por imposição. Se há uma coisa que o Melo nos exige é que ofereçamos alternativas, que isso tenha um grau de viabilidade relevante na vida de vocês. Eu me limito a fazer essas considerações para ceder tempo para o debate, para ouvir também as consideradas dos vereadores e deixar à disposição aqui o secretário Nelson Beron, secretário adjunto, igualmente comprometido com as pautas populares da cidade, não só a pauta dos catadores. A pauta dos catadores é importantíssima, mas não é a única pauta popular de Porto Alegre, outras pautas populares precisam ser enfrentadas com seriedade, com respeito e com inclusão, que é o que estamos tentando fazer, justo no caso das enchentes, e também o Freire, que vai poder detalhar as propostas que estão sendo construídas. Eu preciso, desde já, fico mais uns minutos, mas eu preciso pedir perdão – como a reunião estava marcada para as 14h, e às 15:30 tenho um compromisso lá no Calábria, na Zona Sul, e eu fui nomeado representando o prefeito na atividade do Calábria, se eu não fosse representando o prefeito, prometo que ficava aqui, mas acontece que tenho ali a designação de representar o prefeito; então, em minutos tenho que sair, mas fica aqui, da titularidade, Presidente Marcelo, o secretário Nelson Beron e o Freire que estão aqui, além disso o presidente da FASC, que é outra agenda da cidade, da Prefeitura, profundamente comprometida com as populações em riscos e vulneráveis. Uma última coisa; pessoal, a atividade de vocês é uma atividade importante, mas nós precisamos fazer com que ela seja uma atividade legal e protegida, legal e protegida! (Palmas) Eu já a vi sempre, durante todo esse tempo, que a grande maioria de vocês concorda com isso, aceita, vai aceitar toda e qualquer proposta para fazer a transição, porque nós não queremos que vocês fiquem na tração humana, nas ruas da cidade, ao relento, sem nenhum tipo de política de proteção, sem FGTS, sem carteira assinada; nós precisamos que vocês também sejam protegidos pela lei brasileira. Não adianta

falar em processo civilizatório, se nós temos uma massa de brasileiros que estão fora dessa proteção. Nós precisamos trazer vocês para dentro. É esse o nosso compromisso, não é cercear ninguém, não é castrar ninguém, não é proibir ninguém, é incluir a todos, que é o compromisso do Brasil e também da Prefeitura de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, secretário Léo Voigt. O Sr. João Ruy Dornelles Freire está com a palavra.

SR. JOÃO RUY DORNELLES FREIRE: Boa tarde, senhoras e senhores, vereadores, eu pretendo apenas dar sequência às palavras do secretário Léo, dando um pouquinho mais de tangibilidade à política pública que nós estamos trabalhando, pelo menos desde que eu entrei no governo, há um ano e meio, convidado pelo secretário Léo, pelo prefeito Melo, a exatamente fazer uma política pública para o pessoal da reciclagem, recicladores, para todos esses grupos que trabalham de forma organizada e de forma autônoma para uma inclusão, para uma inclusão social, digna. Esses projetos começam bem objetivamente com o Fórum dos Catadores de Porto Alegre no Conselho Gestor do fundo da reciclagem – aqui nós temos uma representação, que é o Antonio Matos, que tem trabalhado mensalmente em projetos para qualificar as unidades de triagem de Porto Alegre. Nós temos nove projetos aprovados para contratar projeto executivo para qualificar 9 unidades das 17 unidades de triagem de Porto Alegre. Esse é o nosso maior movimento, o movimento mais consolidado. No paralelo, com a turma dos autônomos que buscam o seu material, ainda de forma autônoma nos caminhões, nas caminhonetes, nas Kombis, trabalhamos um acordo, ainda no ano passado, para começar a fornecer material para eles. A primeira etapa é que o DMLU, que está aqui representado – depois eu vou querer que ajude, vereador, aqui na nossa fala –, entregar material a eles. Hoje, é uma realidade nas ilhas; lá já estão recebendo o material do DMLU grupos, núcleos de reciclagem. O segundo passo desse acordo, e que foi consolidado não faz um mês, é a construção de uma unidade de triagem para esse grupo. Essa unidade de triagem já tem terreno; lastimavelmente, o projeto se perdeu, porque

o projeto é de 2012, e a OAS fez, mas virou um elefante branco, inviável de ser consolidado. Nós, agora, no mês passado, conseguimos a definição de que será feito um novo projeto, mais simples, mas com uma forma acelerada de construção. Queremos disponibilizar ao pessoal das ilhas uma unidade de triagem para eles trabalharem. Nessa direção, gente, eu falo agora com os meus conhecidos carrinheiros, aqui o Carboneiro, o Guarnieri, o Viana. Eu tenho conversado com eles, com a Defensoria Pública e o Ministério Público. Queremos ajudar, sim; e aí o secretário Léo falou para vocês poderem trabalhar de uma forma mais organizada, para vocês poderem ser reconhecidos como trabalhadores, porque hoje essa forma autônoma e fragmentada... É difícil o ser público, que é um elefante, se relacionar com 1 mil, 2 mil trabalhadores. Como é que nós vamos nos relacionar com vocês? Então, em mais de uma conversa, neste ano ainda, com essa turma que representa vocês, pelo menos minimamente representa, nós estabelecemos... Bom, gente, vamos nos organizar. Isso são objetivos, são trajetórias que a gente quer desenhar. No paralelo, eu já estive em uma reunião marcada com esses mesmos colegas da reciclagem – Viana, Guarnieri, Carboneiro –, para apresentar dois projetos, dois projetos que têm uma visão de curto, médio e longo prazo. Um projeto de curto prazo – eu vou resumir aqui, mas depois vai haver apresentação, que estou tentando marcar para sexta-feira agora, já falei com Viana – é um projeto de vagas. Nós temos oportunidades em alguns setores da economia com vagas de trabalho. Eu sei que eu vou ouvir: “Ah, mas eu tenho 40 anos, como diz aqui a...”

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: E quem gosta de ser reciclador e quem recicla com o coração...

SR. JOÃO RUY DORNELLES FREIRE: Calma, calma, Maria. Calma, Maria. Mas os jovens talvez queiram uma vaga de trabalho. Os jovens querem... E essa oportunidade, vai ter a vaga de...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

SR. JOÃO RUY DORNELLES FREIRE: Eu posso terminar?

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Eles querem arrancar a nossa profissão de nós.

SR. JOÃO RUY DORNELLES FREIRE: Eu posso terminar?

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Eles querem arrancar a nossa profissão de nós.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Vamos garantir, por favor, a fala.

(Manifestações na plateia.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Depois tu podes ter o uso da palavra, Mari, também.

SR. JOÃO RUY DORNELLES FREIRE: Eu aqui ouvi o José das ilhas falar de crianças, e é verdade. Muitos que trabalham na reciclagem sustentam, tem crianças no colégio, com carteira assinada, crianças. Talvez essas crianças queiram uma oportunidade de capacitação para uma vaga de trabalho...

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: As minhas filhas queriam ser recicladoras, mas como a reciclagem nunca teve uma carteira assinada, elas tiveram que fazer outra profissão.

(Manifestações na plateia.)

SR. JOÃO RUY DORNELLES FREIRE: Nós queremos oferecer, e a política pública vai oferecer isso às crianças, com uma diferença: com bolsa e incentivo financeiro. Essa pessoa vai receber...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

SR. JOÃO RUY DORNELLES FREIRE: Eu não estou falando de vocês que hoje trabalham com isso. Calma, calma, mas do outro projeto que nós vamos trabalhar, exatamente porque a gente não conhece. Aqui foi dito, não se sabe quantas pessoas são, não se conhecem essas pessoas. E é verdade. Então, nós vamos trabalhar para conhecer. Nós vamos trabalhar para entender quais são as políticas públicas, quais são...

SR. JOÃO RUY DORNELLES FREIRE: Eu só gostaria de concluir. Eu gostaria de concluir.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Senhores. Só um pouquinho, Freire. Meus amigos...

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Pessoal, vamos deixar ele concluir para, pelo menos, nós sairmos daqui como pessoas educadas.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Esta é uma Casa democrática; é uma Casa em que todos têm direito à voz. Então, eu só peço aos senhores que, da mesma forma que nós estamos fazendo com que, quando vocês estiverem com o uso a palavra, todos também escutem, vamos garantir a palavra ao Sr. Freire, aos vereadores, a todos que estão presentes para que a gente consiga, porque o tempo está passando. Nós temos aqui um horário. Mas o que acontece, Mari: vocês vieram aqui atrás de respostas. Então, não adianta nós ficarmos entre nós conversando, porque vocês vieram buscar a resposta do governo, vieram buscar uma resposta...

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: É que a gente ganhou três minutos para fazer a pergunta e daí começa... Nós somos pessoas, Marcelo, que é difícil. Então, três minutos para vocês falarem, aí o vereador fica dez minutos. Por que em três minutos ele não pode concluir? Eu tive direito a três minutos. Poxa.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Mari, com todo o respeito, os vereadores vão ter o mesmo tempo de fala de vocês.

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Então, estão acabando os três minutos, Marcelo. Perdão, vamos continuar a reunião. Boa reunião a todos.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Então, o senhor tem direito à fala. Por favor.

SR. JOÃO RUY DORNELLES FREIRE: Só para concluir, então assim, estamos trabalhando para ter dois movimentos consolidados para fazermos o processo de inclusão. Convido a liderança, não dá para receber todos, pois o nosso espaço é pequeno, mas convido a liderança que está aqui, o Viana, o Guarnieri, a Dona Lúcia, que eu conheço, já visitei a reciclagem dela lá. Eu convido algumas lideranças para que a gente possa apresentar com calma isso, são dois projetos consistentes. E eu volto a chamar a atenção no seguinte ponto: é importante vocês se organizarem. Como eu já disse aqui, o pessoal das ilhas que se organizou lá, liderados pelo Venâncio – aqui eu conheci o Leonel –, liderados por esses amigos, eles trabalharam na Santíssima; eles trabalharam, depois das inundações, por um mês, na Santíssima, com produtividade cinco vezes uma unidade de reciclagem instalada, cinco vezes, ou seja, se organizando, a produtividade é maior, e aí o Matos e a Maninha sabem bem o que eu estou dizendo; se organizando, é muito melhor para vocês. Nós queremos ajudar vocês a se organizarem, e aqui consolidamos alguns passos para essa transição. Era isso o que eu tinha para falar, obrigado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, Freire. Passo agora às inscrições dos vereadores; depois, voltamos aos demais inscritos que estão aqui. Ver. Airto Ferronato.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Alô, vamos ficar nos três minutos, trazendo um abraço ao Marcelo, o nosso presidente; aos vereadores, às nossas lideranças deste nosso belo movimento que se faz. Eu sou da Comissão de Finanças, e nós temos uma reunião que está acontecendo agora, onde está se tratando da nossa educação infantil, creches, escolas, que também é um assunto de relevância, como é o assunto que vocês estão trazendo aqui. Bom estar aqui conversando. Lá em 2008, vocês sabem, aconteceu o programa de redução gradativa do trabalho de tração animal e humano. A partir de 2020, estaria proibida a atividade de vocês, vocês sabem, e, naquela oportunidade, o então vereador Marcelo Sgarbossa apresentou um projeto adiando até 2022, julho de 2022. Acompanhei o assunto, Ver. Pedro, meu querido; quando chegou em julho de 2022, eu apresentei um projeto, que foi aprovado, estendendo a validade até 2023. (Palmas.) Aplausos aos vereadores que nos acompanharam também, Prof. Alex, Jonas...

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Em nome de todos os recicladores, nós agradecemos muito ao senhor.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Então seria prorrogável por mais seis meses, ou seja, nós temos ainda, após dezembro, mais seis meses. E eu quero registrar que a atividade de vocês é fundamental para a cidade, já foi dito, mas é uma atividade legalmente autorizada pela lei federal. Então não é uma coisa que vocês estão...

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Será que teria como o senhor repetir para nós? No caso, nós teremos mais seis meses?

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Mais seis meses.

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Porque, pelo que a gente sabe, dia 31 de dezembro, está proibido.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Não, não. Até junho do ano que vem, eu tenho a lei aqui.

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Então a gente quer mais, porque junho do ano que vem já está aí.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Vou te passar aí para tu lewares para o teu pessoal.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Atenção. A segunda questão que se vê aí, Pedro, é a possibilidade de prorrogação ou a extinção da lei que já existe e fazer uma validade meio permanente. (Palmas.) Eu sei, eu sei que, lá na Prefeitura, está se estudando isso, nós precisamos ter o cuidado de não cair na euforia de apresentar um projeto, e o projeto ser rejeitado, porque a base de governo é bastante alta, e não é fácil. “Bom, vamos apresentar um projeto, se perder, perdemos”. Então eu estou aí, vou para outra comissão, mas quero deixar registrado que essa proposta que virá daqui, estou favorável, serei favorável. Então o que nós temos? Nós temos duas possibilidades, vamos ver qual é o caminho que nós vamos seguir.

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Vereador, vou lhe interromper, peço perdão. Aqui neste papel, pessoal, está dizendo “podendo”, “podendo” não é

uma coisa que é certa, para mim, a meu ver, “podendo ser prorrogado por mais seis meses”.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Concordo, tu tens razão.

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Então “podendo”, isso não é resposta. Segundamente, temos que pedir para a EPTC parar de recolher os carrinhos das ruas, porque eles estão recolhendo os carrinhos dos trabalhadores. A lei não chegou, e eles já estão recolhendo. Pessoal, o papel está dizendo “podendo”, “podendo” é “podendo”.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Sim, claro, Mari, mas se nós ouvimos hoje aqui o secretário e o nosso querido Freire dizendo que já está se estudando o projeto futuro, não acredito que ele, daqui um mês, termine; por isso que eu acho que a garantia existe. Então estamos junto com vocês, parabéns pela luta, concordo.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, Ver. Ferronato. Só quero que conste também, esta reunião, conforme eu falei desde o início, foi solicitada pelo Rodrigo, que é um dos conselheiros do Orçamento Participativo da nossa região. Inclusive, na minha sala, Rodrigo, eu disse que eu, enquanto vereador – assumi este ano –, se vier para o plenário essa lei, não terá o meu voto, porque eu vim de uma comunidade de carrinheiros, eu sei muito bem da luta; há mais de 20 anos, como conselheiro tutelar, eu tenho acompanhado essa luta de vocês. Eu, Ver. Marcelo, garanto isso para vocês, inclusive está registrado aqui nesta tarde. Então quero fazer esse registro até em respeito a vocês e à minha comunidade, tanto é que nós fizemos esta reunião, trazendo para esta comissão tão importante que é a comissão de direitos humanos. Agradeço também o Ver. Airto Ferronato, que também teve uma contribuição muito grande. Acredito que, sim, vamos sentar, vamos conversar, e queremos estar do lado de vocês para fazer o que vocês vieram aqui, nesta

tarde, buscar, que é a garantia do direito que vocês estão buscando para que tenham uma vida digna, independentemente de se querem seguir como carrinheiros, como recicladores... Que seja firmado esse pacto! Então, eu, Ver. Marcelo, estou aqui colocando o meu nome para que a gente consiga construir juntos essa possibilidade. Eu sou do tempo do “bigode” e vou cumprir. (Palmas.) Então, fazendo uso da palavra agora o nosso decano, nosso querido Ver. Pedro Ruas. Por favor, Pedro.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Marcelo. Vereadoras e vereadores, Alex Fraga, sabem que, além da prorrogação – o Ferronato conseguiu, e eu faço questão de dizer isso, eu gosto de justiça –, anular aquela multa que havia, foi o Ferronato que fez isso. (Palmas.) Justiça tem que ser feita, não é, Renato?

SR. JORGE FAGUNDES: Com licença. A multa relacionada a todo aquele pessoal que tinha tomado a multa da EPTC, em convênio com o DMLU, R\$ 7 mil de multa, temos que agradecer. Não sei se foi agradecido, mas temos que agradecer, porque isso aí foi uma proibição sem lógica. Aqui está o homem que nos ajudou a tirar. (Manifestações na plateia.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É importante fazer justiça, ainda mais que está hoje aqui a Júlia Klassmann, que é filha de um dos maiores vereadores da história de Porto Alegre. Mas, Português, amigas, amigos, caro Renato, é o seguinte: eu vi o governo falar na inclusão social digna. Eu sou advogado de trabalhadores, a maioria aqui sabe. Qualquer inclusão social, Rodrigo Schley, que seja digna tem que ouvir, tem que ouvir a parte interessada e atingida. Mas é evidente! É como eu dizia, por exemplo: vou fazer, para o meu Ver. Alex Fraga, um belo projeto para ele fazer não sei quantos votos na outra eleição, e não ouço o Ver. Alex Fraga. Ele não quer aquilo, ele já tem uma coisa melhor, porque ele quer do jeito dele, e ele teria razão. Isso eu digo para o governo, não é para fazer média aqui. Eu sou o decano, eu sou o único vereador que veio da casa antiga,

ainda lá onde tinha o Marcos Klassmann, lá do centro de Porto Alegre. São sete mandatos. Eu quero dizer para vocês o seguinte, eu quero falar para o governo: tem que ouvir os carrinheiros. Eles têm que ser ouvidos porque não há nenhum projeto que vá se tornar digno sem eles, e eu, com o maior respeito ao governo, eu vou dizer o seguinte: eu sou de oposição, mas todo mundo sabe que eu tenho espada limpa. Não ataco por trás, não faço armadilha, confronto de frente, de frente. Então, essa Lei nº 10.531, e dizia o Paulo Guarnieri, com muita propriedade, ela não foi sequer cumprida em relação a vocês. Ela não foi cumprida. Então, nós temos duas alternativas, e eu quero aqui concluir, Presidente. Por quê? Porque o tema é bem sabido; não precisa ficar dizendo da injustiça, do que precisa, tem que ser objetivo. Objetivo! Fiz homenagem ao Ferronato, que eu queria fazer, porque ele foi heroico nesse episódio, mas eu queria dizer que nós temos duas alternativas: ou nós revogamos a Lei nº 10.531... (Palmas.) É uma alternativa. Eu acho que o presidente tem razão; é difícil ter voto para isso, mas é uma alternativa. Na minha opinião, é a melhor. O problema é ter os votos para isso. Ou nós vamos pegar o que já existe e fazer uma prorrogação pesada em cima, porque ainda tem mais dois anos, mais dois anos. (Palmas.) É o que nós temos pela frente. Eu aproveito e digo que eu não sabia, mas a Maria falou aqui, a Dona Maria e mais alguns, que a EPTC está recolhendo carrinho. Não pode! Não pode! Aí, a Guarda, a EPTC, não sei o quê, eles é que têm que levar multa e têm que levar pena administrativa. (Manifestações na plateia.) Não pode fazer isso, não pode. Isso aí pode dar até boletim de ocorrência na polícia. Se o carrinho é meu, como é que vai tirar o meu carrinho? Eu paguei o carrinho, tenho o recibo. Tirou o meu carrinho? Vou na polícia. Mas é óbvio! Então, eu não sabia disso que estava ocorrendo. Estou sabendo agora aqui. E obviamente a gente se dispõe, esta comissão aqui, sob a presidência do Conselheiro Marcelo, que é uma pessoa dedicada ao tema, importante salientar isso. Marcelo, esta comissão estará à disposição de quaisquer denúncias nesse sentido, porque nos interessa muito que a cidade cresça, mas nos interessa que esse crescimento seja para todas e todos, que seja inclusivo de verdade. Não é assim: colocar a pessoa onde não cabe o braço,

onde não cabe a perna. Não! Nós temos que colocar a pessoa de forma digna, como ela acha que deve ser colocada. Então, do meu ponto de vista, reitero: ou nós revogamos – e aqui concluo, Presidente – a Lei nº 10.531, ou nós, em cima do que já temos, acrescentamos dois anos de prorrogação. Muito obrigado.

(Manifestações na plateia.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, Ver. Pedro. Para mim, é um privilégio. Eu, que assumi neste ano nesta Casa, tenho dito que aqui nós temos partidos políticos diferentes, mas o Pedro Ruas, o Prof. Alex sabe aqui que a gente... Eu não estou aqui para defender partido, nós estamos aqui, Pedro e demais vereadores, para defender o direito de vocês. Partido político fica para fora. Então, desde o início desta comissão, nós temos feito um trabalho, e eu fico muito feliz porque eu tenho recebido elogios, principalmente desse cara que tem uma história e tem um trabalho muito importante. Para mim, que estou iniciando nesse caminho, eu fico muito feliz. Então, só gratidão. Quero dizer que esta comissão, este ano, é uma das comissões que mais trabalhou aqui na Câmara, que teve praticamente todas suas comissões preenchidas e com pautas muito importantes, graças a essa parceria que temos com os vereadores aqui, assim podemos desenvolver esse trabalho. Então, publicamente, agradeço o papel que vocês têm desenvolvido juntamente comigo. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Presidente, Marcelo Bernardi. Bom, boa tarde, senhoras e senhores que comparecem à nossa reunião da comissão de direitos humanos. Vamos lembrar que o art. 23 da nossa gloriosa Lei, digamos assim, mundial, que é a Declaração Universal de Direitos Humanos, diz que é direito de todo ser humano o direito ao trabalho. Então defender direito humano é defender também a possibilidade de as pessoas sustentarem as suas famílias.

Nós que estamos aqui, somos 36 vereadores representando a cidade de Porto Alegre, nós propomos iniciativas legislativas, projetos de lei. O projeto de lei reflete um projeto de cidade que existe na cabeça do vereador ou da vereadora, ou então os seus interesses. Em 2008 o então vereador Sebastião Melo propôs um projeto; era um projeto de cidade que ele tinha em mente? Esse projeto garantiu a sua reeleição como vereador aqui. Na eleição de 2009 participei de um debate com o então vereador Sebastião Melo, eu era apenas um candidato, não me elegi, ele conseguiu sua reeleição, por quê? Porque esse projeto atendia *lobby* de pessoas envolvidas com a proteção animal, cuja uma das alegações da proposição dessa iniciativa legal era proteger os cavalos que sofriam maus-tratos. Só que nessa seara ele coloca um projeto proibindo também a atividade laboral dos carrinheiros e carrinheiras, por quê? Porque atrapalhavam o trânsito da cidade. Cadê o projeto de cidade, pensando nas pessoas, lutando, usando as suas atribuições para reduzir as desigualdades que existem na nossa cidade que são cada vez maiores. Isso nunca aconteceu. E este senhor teve a oportunidade, como vice-prefeito dessa cidade, e está há três anos na Prefeitura e ano que vem vai concorrer à reeleição, que projeto de cidade ele tem?

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Pode concorrer, o nosso voto o Melo não tem.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Só me deixe concluir, porque eu pretendo encerrar em três minutos. Agradeço. É um projeto de cidade que está na cabeça de uma pessoa, essa pessoa é Sebastião Melo; teve a sua oportunidade, está há dois anos, por que até agora não propôs algo melhor para reintegrar vocês à sociedade, a atividades laborais? Os projetos de capacitação profissional foram oferecidos, se não me falha a memória, 700 vagas, em cursos de manicure e cabeleireiro; apenas 350 dessas vagas foram ocupadas por pessoas que se dispuseram a fazer curso; não atendeu todo o universo de pessoas que trabalhavam com catação, com reciclagem, com triagem de materiais. A nossa cidade não investe mais em educação ambiental, indicando

para as pessoas nas suas casas que o lixo precisa ser separado. Investir em educação ambiental é investir também em meio ambiente saudável, contribuir para o trabalho de vocês, para que vocês não precisem fazer a separação do que é lixo orgânico e do que é fonte de renda para as famílias de vocês. Não há mais educação ambiental; isso é terrível. E vamos lembrar, foi dito naquele microfone que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos prevê que todas as cidades do Brasil podem custear a atividade de vocês, porque o que vocês retiram das ruas para o sustento das suas famílias é resíduo que não vai para Minas do Leão no aterro sanitário, que a Prefeitura paga todos os dias para depositar – aí sim, lixo lá –, isso poderia ser renda. E se vocês estão retirando custos dos cofres da Prefeitura, sem a destinação de resíduos para o aterro, isso deveria ser revertido. Recentemente a prefeitura de Florianópolis está pagando para as associações e para as cooperativas de catadores, agora em julho, desse ano, a prefeitura de Floripa, estado vizinho, capital do nosso estado vizinho, está pagando por essa atividade. Mas Porto Alegre, a cidade do retrocesso não avança nessa direção. Agradeço a atenção de todos e muito boa tarde.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente Marcelo, cumprimento no teu nome as demais autoridades presentes; cumprimento todas as trabalhadoras e trabalhadores presentes. O que que acontece? O que nós vemos nessa tarde? Mas é a continuidade de um processo. O Sebastião Melo, o que que aconteceu? Ele fez uma luta pessoal, quando era vereador, para tirar os trabalhadores das ruas! E aí veio o secretário Léo Voigt aqui dizer que eles foram realocados no mercado de trabalho; foi desmentido aqui por vocês, e aí ele tem a desfaçatez de se retirar. Quando o secretário de desenvolvimento social se retira de uma reunião dessas? De uma comissão da Câmara de Vereadores? Comissão de vereadores, gente, é um lugar sério, os secretários têm que vir, têm que ouvir do início ao fim. Aí ele vai numa reunião com uma instituição, sabem por quê?

Instituição privada! É por isto, eles conversam com os empresários; eles não querem sentar com os trabalhadores, eles não sentam! É só com muita luta! Eu me lembro daquela luta pelas multas, nós estávamos lá na frente da Prefeitura. Mas aí eu pergunto: vocês acreditam na conversa do Sebastião Melo que está prorrogando, prorrogando... Ele tem o desejo de acabar com o posto de emprego, gente! Se ele quisesse criar, ele já estaria fazendo um movimento diferente! Quando ele criou a lei para tirar as trações das ruas, ele não criou paralelamente uma lei para tirar as crianças das calçadas, para botar crianças em escolas, ele não criou uma lei para encerrar a fila do SUS em Porto Alegre, que é dois anos para fazer uma cirurgia! Ele não criou uma lei; ele não criou uma lei para educação ambiental, de fato, nessa cidade, para ter reciclagem, incentivar a população, como bem falou o professor Alex, inclusive, ele tirou contêineres de lixo reciclado de vários bairros da cidade, que ajudavam os carrinheiros, ficavam separados. Aí hoje eles reclamam que tem lixo na rua, porque o contêiner tem lixo virado, porque as pessoas estão jogando lixo misturado porque só tem um contêiner. Aí, ele vem oferecer programa sem conversar primeiro com os trabalhadores, sem criar um GT, um consenso. Tem que sair dessa reunião, Presidente Marcelo, um GT (Palmas.), um grupo de trabalho com vários representantes das comunidades, das instituições que fazem esse trabalho para nós. Vocês sabem que Porto Alegre, hoje, está no mapa da cidade mais suja do Rio Grande do Sul? Porque não investem em educação ambiental e não tem coleta seletiva robusta. O caminhão da coleta seletiva passa em algumas regiões, tem regiões que não passa. Aí, eles vendem que essa é a grande solução, mas sem conversar. Eles não investiram. Eles tiveram três anos, gente! Já passou 75% do governo, já se passaram três anos, eu acho que agora eles vão fazer. Vocês têm é que fazer um GT. O secretário Léo Voigt tem que montar um GT para discutir e não impor goela abaixo. Até o secretário Léo Voigt vem falar que tem várias pessoas vulneráveis, muita gente precisa. Nunca tivemos tantas pessoas em situação de moradia de rua que estão apanhando da polícia. Tem gente que estuda e que trabalha e que está na rua e apanha da polícia a mando de quem?

(Manifestações na plateia.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): A mando de quem? Dos governos, porque quem está fazendo isso é a Guarda Municipal. Isso, o secretário Léo Voigt não falou. Vai ali na Ipiranga, que as pessoas estão morando ali na beira do arroio, eles vão lá e retiram as coisas das pessoas, as barracas, colchão, travesseiro e botam dentro do caminhão do DMLU. É essa a proposta deles. Nós não podemos aceitar promessa, gente. Chega de promessa. Já estão há três anos prometendo. Tem que sentar, negociar e construir uma solução real para as pessoas, com as pessoas.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Para concluir, vereador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Para concluir, Presidente, não é para as pessoas; é com as pessoas, com elas e não sem elas. Sem elas é higienização, e isso nós não vamos aceitar. (Palmas.) Desemprego não!

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, Ver. Jonas Reis. Para não cometer injustiça, está aqui o representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, secretário Nelsinho Beron, que está aqui representando o Léo Voigt. Então, começamos com as inscrições agora. Neste momento – o senhor vai ser chamado também, Português –, Rodrigo.

SR. RODRIGO HENRIQUE COSTA SCHLEY: Boa tarde a todas e todos. Primeiramente, quero parabenizar todos que vieram para cá com essa luta bonita e mostrar que estão com vontade, realmente, de vencer e de continuar trabalhando (Palmas.), fazendo o seu trabalho digno e justo. Em segundo lugar, agradecer ao Ver. Marcelo por ter acolhido o nosso pedido aqui dessa audiência e também aos demais vereadores, meu amigo Pedro Ruas, Alex Fraga e os demais vereadores que estão aqui. Eu ouvi que o trabalho tem que ser feito dentro da legalidade, acontece que vocês já estão dentro da lei. A Lei nº 12.305

de 2010, que institui o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos, já prevê a integração dos catadores em todas as atividades e todos os processos que envolvam a cadeia produtiva do material reciclado. A própria lei municipal, a Lei nº 12.921, que é a Política Municipal Resíduos Sólidos, também prevê a integração dos catadores de material reutilizável e reciclável em ações que envolvam fluxo, a inclusão de todas as pessoas jurídicas envolvidas na gestão dos resíduos sólidos no setor de reciclagem, e tem como objetivo promover a inclusão social dos agentes diretamente ligados à cadeia produtiva do material reciclável. Então, precisamos fazer com que essa lei seja cumprida, a Lei nº 10.531, que é a lei que proíbe, sim, a circulação dos veículos de tração humana e tração animal. Ela proíbe, de fato, e ela é anterior à lei federal e à própria Lei Municipal Resíduos Sólidos, então, ela precisa ser atualizada e se fazer uma nova lei. Eu não vou fazer o debate sobre a questão legal, eu trouxe vários argumentos na questão legal, no entanto, o que nós precisamos é, como o Ver. Pedro Ruas já falou, ou a extinção dessa lei ou, no mínimo, a prorrogação desse prazo por mais dois anos e a construção de uma política municipal com a participação dos catadores e das catadoras. Que eles sejam ouvidos e levados em consideração, para garantir que eles possam continuar, aqueles que querem, aqueles que gostam e se identificam com a reciclagem que continuem exercendo o seu trabalho. Um trabalho que é socialmente muito importante, que é ambientalmente fundamental para a nossa sociedade, porque são responsáveis pela maior parte dos resíduos recicláveis da nossa cidade, porque o DMLU e a Cootravipa não dão conta de recolher todo o material; quem faz são esses heróis aqui da natureza, esses médicos da natureza. (Palmas.) E nós queremos uma política que esteja de acordo com o Decreto nº 11.414, que foi instituído agora este ano pelo Presidente Lula, que criou o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular. Está ali o projeto, está ali a política que tem que ser seguida pelo Município para a inclusão desses trabalhadores. O Município não pode ir na contramão do que o governo federal está fazendo e está propondo para os trabalhadores. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Rodrigo. Passamos a palavra à Dona Lucia, como a Mari diz: a tia Anastácia. (Palmas.)

SRA. LUCIA RODRIGUES DA ROSA: Boa tarde a todos. É com imenso prazer que eu estou mais uma vez aqui nesta Casa brigando pelos nossos direitos. A gente... Desde que eu me conheço por gente, eu nunca soube brigar por nada, mas por alimentação, direito de o povo comer, direito a ter o trabalho, dignidade de ter o trabalho..., porque o nosso trabalho não é qualquer um que faz. Eu tenho a minha profissão e a minha profissão é catadora e me orgulho de ser catadora. (Palmas.) Eu não quero outra profissão. Não quero, porque eu já fui cozinheira, trabalhei de carteira assinada, nenhum desses serviços fez eu sustentar 150 famílias no meu bairro. (Palmas.) Nenhum! Agora eu, como recicladora, posso me orgulhar e dizer que eu sustento meu povo que chega lá com fome, dizendo assim: “Dona Lucia, não tem um prato de comida?” Eu tenho. Por quê? Porque eu saio de madrugada com meu carrinho, com chuva, com vento... Não peguei covid, não fiquei com pontada e estou aqui. (Palmas.) E vou para a rua, sim. Podem me prender hoje, amanhã, o meu carrinho eu não dou para ninguém, para ninguém, para ninguém, para brigadiano, para ninguém. O meu carrinho é meu, eu vou puxar porque ali eu sei que eu tenho, ali eu busco, todo mundo admira meu serviço, o trabalho que eu faço, dizem como é bonito. O prefeito não acha bonito, mas o povo que está em volta de mim acha. Então é importante isso aí, é importante nós metermos o pé no chão e dizermos: “Não queremos outra profissão, porque nós temos a nossa, e a nossa é digna de qualquer coisa da face da terra!” Não queremos projetos, nós já temos projeto que sustenta nossas famílias e sustenta a gente que está dentro do nosso galpão. Nós temos projeto, nós temos trabalho na nossa comunidade e não precisamos até hoje que a Prefeitura dissesse: “Damos uma cesta básica para sustentar.” Não, não nos deu, mas nós saímos atrás daquela cesta básica para botar dentro do nosso galpão, nós saímos atrás de um pedaço de carne para botar no nosso galpão. Então, gente, não vamos nos iludir se eles disserem assim: “Ah, vamos dar um curso,” Eu não quero curso, eu tenho meu curso de reciclador, eu ensino, eu tirei

gente da rua, eu tirei gente que não tinha onde morar, estava numa praça, eu morei debaixo da ponte porque a Marisa não me queria trabalhando nas lojas porque eu não tinha o perfil. Aí eu fui ser catadora, com 40 anos eu não tinha perfil para ir trabalhar numa firma, aí eu virei catadora e me orgulho e digo que não tem profissão melhor do que essa, ser catadora, ser recicladora, não tem, é uma honestidade, é gente que sai com chuva, com vento, com tosse, com dor e vai à luta. Então eu acho, gente, que nós não precisamos de mais nada, vamos derrubar a lei porque nós estamos num país em que nós temos direito de ir e vir. Se eu não tenho direito, no meu país, de ir e vir, pelo amor de Deus, eu sou obrigada a aguentar o que eu não quero? Não, não sou obrigada. Agora uma nega veia com 68 anos, forte, linda desse jeito no escritório? Não quero escritório, eu não quero escritório, o meu escritório eu tenho lá com o meu povo, com a minha comunidade, lá eu tenho meu escritório. É lá que eu aguento o meu povo dizendo: “A senhora, para nós, é mais do que uma lei. Tia Lúcia, pelo amor de Deus, até hoje eu estou esperando o curso do tio Melo e ele não me deu.” E se eu não puxasse o meu carrinho? E se eu não puxasse o meu carrinho? Estava desnutrida. Não posso parar. Então, gente, não queremos curso nenhum, queremos sim a nossa profissão que é de recicladores. Nós somos recicladores, queremos a nossa profissão, nós temos profissão e nós queremos essa profissão. Eu não quero outro curso.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, dona Lúcia.

SR. BRUNO MATOS: Pessoal, vamos tentar falar nos três minutos para a gente ter a resposta, porque isso está nos matando de ansiedade e a gente precisa de resposta.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): O Sr. Marcelo Dias está com a palavra.

SR. MARCELO DIAS: Boa tarde a todos, quero cumprimentar aqui o Jorge, cumprimentando todos vocês, meu nome é Marcelo Dias, eu sou da assessoria da deputada Bruna Rodrigues e a gente acompanha, no mínimo, eu e o Rodrigo que está ali, meu colega, há dois anos, desde lá na Prefeitura. E eu quero dizer para vocês que a gente ouviu alguns absurdos aqui que eu confesso que eu fiquei revoltado ali por dentro. Um secretário chegar aqui e dizer que vocês têm que trocar de profissão, como foi muito bem dito aqui, e a gente olha isso como se fosse a solução. A solução não é essa. O Ver. Alex falou que, em Santa Catarina, em Florianópolis, eu fui lá pessoalmente, lá existe política pública na coleta de lixo, e Porto Alegre não se compara com isso, é muito diferente aqui. Quero cumprimentar aqui também o Ver. Pedro Ruas, parceiro de longa data, quero te saudar aqui porque essas pessoas, às vezes a gente olha parece que somos de o outro planeta, e o trabalho que é feito na cidade, a Prefeitura não faz, não faz. E ainda são multados. Se a gente perguntar aqui: “Quem é que já foi ou quem é que conhece alguém que foi multado?” Isso a gente vem falando desde lá. Projeto, gente, o Jorge já me mostrou um projeto que está pronto, ou seja, como foi falado, ouvir as pessoas que vivem todo dia isso e já tem um projeto pronto. Então está faltando é a vontade, e a gente sabe que o problema acontece quando os vereadores do governo Melo votam todos juntos. Hoje a matemática é 13 a favor e o restante contra. Então a gente tem que começar também a apertar aqueles que não estão enxergando vocês, ou fazem questão que não enxerguem vocês. Então a gente precisa, de alguma forma, porque o prefeito chama de barões do lixo, mas ele não sabe organizar e chama vocês de desorganizados. Vocês são muito organizados, uma coisa que a cidade não cuida e vocês estão cuidando. Então aqui eu quero deixar o nosso gabinete à disposição, estamos juntos nessa luta sempre e cumprimentar todos. Uma boa tarde.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): O Sr. Bruno Matos está com a palavra.

SR. BRUNO MATOS: Boa tarde, companheirada, sou Bruno Matos, estou representando aqui a União da Associação de Moradores de Porto Alegre e o mandato do Ver. Comassetto. Quero começar aqui cumprimentando os vereadores, cumprimentando o Marcelo, cumprimentando os lutadores dos catadores, aqui cada representação de cada comunidade e dizer que a pauta central desse debate aqui hoje é dignidade. A pauta central hoje aqui é a organização de um ofício, de uma profissão, que é negada, que é negada. Quando passa, nesta Casa, a respeito da proibição dos catadores é algo que está sendo negado, está sendo negado o direito à dignidade, está sendo negado o direito a sustentar as nossas famílias, está sendo negado o direito à cidadania. Como o governo disse aqui, o Léo Voigt, que já foi embora, se, realmente, o governo está na disposição de construir um diálogo, se o governo está na disposição de construir uma saída, de dar dignidade, como foi levantado aqui, de dar CLT, de dar melhores condições de trabalho, então, que se abra um espaço de diálogo. Quem aqui já foi chamado para conversar a respeito dessas propostas que estão passando aqui hoje? Ninguém! Então que o governo crie o GT, crie o GT de trabalho, para que cada um que está aqui, cada uma se faça presente e possa, de fato, articular qual a saída para a categoria, porque a saída para a categoria não é um outro trabalho, não é um outro emprego, um outro ofício, porque todo mundo que está aqui já disse que gosta do que faz, que é um médico da natureza, como a Mari diz, gosta do que faz. Então, bem, se vocês gostam do que fazem, vocês têm que ser respeitados, têm que ser ouvidos, o trabalho de vocês é extremamente digno e ajuda a cidade, preserva a cidade. Companheirada, o que eu quero dizer aqui com isso tudo é que já existe lei federal que regula, tem lei federal que está a favor do catador, da catadora. Que isso valha aqui em Porto Alegre, que essa lei federal desça para o nosso Município, e isso só vai ser possível com vontade política, com vontade política e participação popular. Os vereadores da base do Melo, como já foi dito aqui, que votam contra o povo têm que votar a favor, têm que votar com as nossas demandas, porque, ano que vem, tem eleição, e eles vão ir na comunidade, eles vão no galpão pedir o voto de vocês. A gente tem que ter isto escrito: quem está

com o povo e quem não está, companheirada. É isso aí, tamo (*sic*) junto na luta, tamo (*sic*) junto na luta por mais dignidade para os catadores, para mais dignidade para os trabalhadores da reciclagem. A UAMPA está à disposição, o mandato do Ver. Comassetto também. Boa luta para nós! (Palmas.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Bruno.

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Pessoal, acabou a inscrição. Tem bastante gente na lista, eu acho que quem está inscrito ali pode representar o todo, para nós termos uma resposta logo e poder cada um ir para sua casa, que a vida continua. Inscrição encerrada. Quem se inscreveu vai falar, certo, pessoal?

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Para vocês verem como aqui é a Casa do Povo, chama o próximo aí, Mari.

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Agora é a vez da Lílian. Queremos saber sobre o curso.

SRA. LILIAN BEATRIZ BORGES DA ROSA: Boa tarde, primeiramente, eu quero agradecer ao Marcelo, que já faz parte da nossa família já vem há um tempo, e eu quero dizer que sobre aquele curso que eles inventaram foi uma forma de tirar a gente das ruas. Mas a gente pensando que eles estavam criando esse curso para tirar a gente das ruas, não; eles estavam fazendo isso para tomar o nosso meio de trabalho, porque eu tinha uma carroça e tinha um cavalo. No caso, recolheram a minha carroça, levaram o meu cavalo, eu fiquei sem direito a nada, por isso eu fiz o curso, mas não desisti. Fui, ajuntei um dinheirinho, meu pai, que está ali, tirou o dinheirinho da aposentadoria dele para poder comprar um carrinho para mim. A minha filha, que está ali, foi criada nas ruas, junto comigo, puxando o carrinho, entendeu? É um serviço digno, é um trabalho que ajuda muito, que bota a nossa comida na mesa. Eu tenho também um neto

ali, eu tenho a minha filha aqui que usa fralda, geralmente quase não dá para tirar o da fralda, o do leite, poder ajudar a filha, que, às vezes, também necessita duma ajuda. E sem a reciclagem eu não sei como é que eu vou fazer, porque não tem como sustentar uma família com um salário só.

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Tá bom, Lílian, pega o teu carrinho e pode ir trabalhar.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, Lílian. O próximo inscrito é o Sr. José Fagundes.

SR. JOSÉ FAGUNDES: Eu sou de Canoas, catador de material reciclado de Canoas, mas eu já morei muito tempo aqui em Porto Alegre. Eu queria dizer sabe por que que não está cheio de carroça e cavalo aqui na frente da Prefeitura? Porque eles proibiram de nós andar com as carroças e nossos cavalos. O seu tobiano – não é, Zé? –, o nosso baio, todos aqui conhecidos, eles proibem. Hoje eu estive na Secretaria de Meio Ambiente de Canoas, está acontecendo a mesma coisa, proibição de catar material reciclado. O que que acontece? Eu fui lá perguntar para a Prefeitura quanto que eles gastam para enterrar, nas Minas do Leão, o material reciclado e o lixo orgânico que estão indo para lá. Eles falaram que eles gastam R\$ 2,5 milhões. Aí eu queria que esse dinheiro, R\$ 2,5 milhões aí, eles, pelo menos um pouco, colocassem nos catadores de material reciclado, fizessem galpão, dessem condições de trabalho. Simplesmente eles proibem e querem que nós troca (*sic*) de profissão. Nós somos catadores de material reciclável e não vamos mudar. Desde que eu me conheço por gente, o meu pai, Domingos Fagundes, desde que me conheço por gente, eu sou catador. O meu filho, Luiz Fernando, é catador, tem a sua Kombizinha, cata material. Lá em Canoas, não aconteceu de proibir assim, de prender as Kombi, os caminhões. Então, o que que acontece? Tem que fazer política pública para ajudar os catadores. A Lei nº 12.305 fala que as prefeituras podem fazer contratos com as cooperativas de reciclagem sem pedir licitação. É

só querer, entendeu? Daí vocês ficam dizendo assim: “Ah, vamos nos organizar aí para trabalhar em galpão de reciclagem, ou vamos trocar de profissão”. Aqui ninguém vai trocar de profissão, nós somos catadores. Então, colegas, amigos, eu quero dizer o seguinte: lá em Canoas, é um pouquinho diferente. O prefeito Jairo Jorge lá paga para as cooperativas de reciclagem fazer a coleta. Gasta R\$ 500 mil com as cooperativas e tem, em média, por volta de 210 pessoas incluídas. O que que eu quero dizer? Aqui tem as cooperativas de catadores? Cadê as cooperativas de catadores para apoiar vocês que querem se organizar? Aí eles organizam meia dúzia de galpão de reciclagem, organizam meia dúzia de cooperativa e falam que estão fazendo alguma coisa. Eu queria fazer uma soma aqui ó: quanto que a Prefeitura de Porto Alegre gasta para enterrar o material reciclado, que podia estar dando renda para os catadores? Quanto que gasta? Tira esse dinheiro lá que está enterrando e que está poluindo o meio ambiente, e bota nos catadores, que deve ser milhões.

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Pessoal, olha só, se vocês pararem para perceber, nós só temos três na mesa, todo mundo já foi embora, mas vai ficar gravado, esperamos que eles vejam essa gravação. Então, vamos meio que usar os três minutos aí, porque nós já temos três cadeiras vazias, praticamente, daqui a um pouquinho, vamos ficar falando sozinhos. Só o Marcelo está de vereador aqui ao lado. Então vamos tentar falar rapidinho, porque, senão, daqui a um pouquinho, nós vamos ficar sozinhos, vamos ficar falando um para os outros. (Palmas.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): O Português, então.

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Não, nós temos que trabalhar no tempo agora, porque tem eu acho que uns cinco ou seis aqui inscritos, gente, e os caras estão indo embora e nós vamos acabar falando sozinhos. Nós queremos a resposta, é isso aí.

SR. ALEXANDRE (PORTUGUÊS): Eu sou do pessoal do Movimento dos Moradores de Rua de Porto Alegre. (Palmas.) Nós estamos dando apoio para vocês aí que o trabalho é muito interessante, nem a Cootravipa não limpa nem a metade que eles fazem, a sociedade aí das pessoas, carrinheiros limpam melhor do que a Cootravipa. A Cootravipa não está limpando mais a cidade de Porto Alegre, é tudo sujo. E o DMLU também tem os caminhões da Bahia, está gastando um horror de dinheiro com a coleta do lixo, não passa nas ruas para ver as coletas do lixo, são as pessoas mesmo que estão limpando aí, dá apoio para eles, vereadores, dá apoio para as pessoas aí para sair. A família tem filho, ocupar, exigir!

PRESIDENTE VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, Português. Passamos a palavra para Janaína, por favor. (Palmas.)

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Bah, vocês estão cansados, não é? Vamos bater palmas aí para os companheiros, gente! Reajam! (Palmas.)

SRA. JANAÍNA GONÇALVES DA SILVEIRA: Boa tarde, eu sou a Janaína, sou recicladora desde os nove anos, sou fundadora do primeiro galpão do Rio Grande do Sul. E eu quero dizer que eu tenho o maior orgulho de ser recicladora, porque ali a minha mãe me criou, a Evinha, e hoje em dia eu tenho o galpão chamado “As Evinhas”, em consequência ao trabalho dela, a vida toda trabalhando na reciclagem. E hoje em dia estamos aqui lutando contra essa demanda aí, de tirar os carrinheiros, que nós sentimos na pele. Eu trabalhando desde os nove anos e eles chegarem e dizerem um dia: “Hoje nós vamos tirar os porcos”. Um dia tiraram os porcos e terminaram com a nossa renda. “Ah, nós vamos indenizar vocês” – nunca foram lá, só tiraram e pronto. Outras vezes vieram: “Ah, a gente vai tirar as carroças, mas a gente vai pagar uma indenização para vocês.” Gente, sabe quanto que eu e meu esposo pagávamos um cavalo? Oito mil reais. Eles vieram e deram R\$ 200 por um cavalo para nós e nunca mais apareceram. E aí agora: “Ah daí leva os cavalos, vende os cavalos e compra

uma Kombi”. E agora o que aconteceu? Estão tirando as Kombis. Tiraram as Kombis e, agora, querem tirar os próprios carrinheiros. Quando a Mari fica nervosa e tomando a fala das outras pessoas, é isso, é o medo dela que alguém chegue e, do nada, tire os carrinheiros, assim como tiraram os porcos e as carroça de nós. Outra coisa que quero dizer também: esse negócio do nosso salário, do preço do PET, o preço do papelão, onde está muito baixo, a gente corre, a gente luta para ter o nosso sustento ali com a reciclagem, mas, hoje em dia, está duro também de manter esse trabalho. Então, peço ajuda aí também de quem tá aí, que pode falar por nós lá, para ver se nos ajuda, que dê valor para o nosso trabalho. Não é qualquer um que chega agora de manhã, de madrugada, às 6h, enfrentando o frio, para chegar primeiro que o DMLU na Cidade Baixa ou na Praia de Belas para pegar um lixo, para poder ter o seu sustento no final do mês. E outra coisa, gente, o lixo é luxo lá na reciclagem, onde tem o meu galpão, As Evinhas, eu tenho uma caixa que eu reciclo roupa, sapato e brinquedos. No Natal, a gente está recolhendo os brinquedos bons que jogam fora e roupas, eu dou as roupas para as crianças, meu marido me chama de acumuladora de coisas lá dentro de casa, mas, tudo que eu trago ali, cada um tem o seu destino. Os carrinheiros do meu marido ficam com frio no inverno, eu vou ali com aquelas roupas e doou para eles. Hoje em dia, a renda que eles tão tendo... E a minha amiga me falou assim: “Jana, como é que tu estás de roupa, compra roupa...” Eu não compro, a maioria das roupas, dos tênis veem do lixo, entendeu? Por isso que a nossa renda e o nosso trabalho têm que ser olhado com carinho. Gente, olha só: tira o nosso carrinheiro da rua para vocês verem a baderna que vai virar de lixo nesta cidade. Se conosco não tomam jeito, imagina sem nós na rua. É isso aí, obrigada.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, Janaína, amiga de longa data.

SRA. JANAÍNA GONÇALVES DA SILVEIRA: E outra coisa: se o Marcelo diz que está conosco, vamos confiar nele, porque ele é um homem de verdade, se ele diz que está junto, ele está junto, e vamos apoiar ele.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, Janaína.

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Eu só acredito vendo.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Então, vamos pagar para ver. Passando, então, a palavra, temos mais três inscritos. O Eliandro, da Ksa Rosa, está com a palavra. (Palmas.)

SR. ELIANDRO LIMA OLIVEIRA: Boa tarde, eu sou da reciclagem Ksa Rosa. Não sei se todos conhecem aí, mas nós viemos aí para reclamar nossa demanda do nosso galpão, que nós temos aprovado aí, vários tempos aí, R\$ 100 mil, se eu não me engano, para elaboração do galpão para os catadores de rua, que é o público que a Ksa Rosa trabalha. É isso daí. E vim dizer que isso daí de proibir os catadores de rua é a maior palhaçada, falando de lixo zero. Vocês vêm falar de lixo zero e se são os catadores que fazem o trabalho de formiguinha, de ir lá e tirar, do meio do lixo, o reciclado e classificar e gerar renda. Se é ruim nosso carrinho, dá um carrinho melhor para nós. Eu troco o meu carrinho que eu tenho lá, com pneu careca, por um carrinho novo com vocês, para poder catar mais. Catar no horário que as pessoas precisam, dentro da sua casa prestar um serviço, eu presto serviço. Tem várias pessoas que me contratam em estabelecimento, eu vou lá e tiro, fora do horário do DMLU, o lixo, classifico e dou destino correto, gero a minha renda e ajudo a manter o nosso galpão lá. Isso aí que eu tenho para falar para vocês: se está ruim o nosso carrinho, dá um carrinho melhor, ou carteira de motorista. (Palmas.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado.

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Não inventa coisa, senão, eles vão querer que nós tiremos a carteira para puxar carrinho.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): A Sra. Cleomari Kusniewski está com a palavra.

SRA. CLEOMARI KUSNIEWSKI: Boa tarde, referente a essa questão do que se refere aos catadores, profissão e associados a movimentos iguais a CUT, que se refere aos metalúrgicos que trabalham com outro material, um material bem mais pesado do que nós mulheres, de vez em quando, e até adolescentes porque existem muitos candidatos ao conselho tutelar, que tem um ali. Nós sabemos que, às vezes, as crianças precisam saber, em casa, o que é orgânico, o que não é orgânico, o que é papel, o que é plástico. O pessoal que trabalha no ensino, de vez em quando, faz também com as crianças esses trabalhos de artesanato. Então, eles, na escola, pedem, de vez em quando, que mandem embalagens para que eles possam fazer a interatividade, ou seja, interagir com os professores, alunos e todos eles nas instituições, APAE, ACD e todos os que trabalham com recreação infantil também. Porém, existem alguns homens que, de vez em quando, usam um lado mais bruto, mais machista, e as mulheres com deficiência física ou dificuldade de andar, de vez em quando, se submetem a ter que pegar mais pesado para poder sobreviver nas ruas. É assim que dizem: tem que sobreviver nas ruas. Porque, se você quer se formar na universidade pública porque não pode pagar a universidade particular, você tem que se submeter ao trabalho, às vezes, meio pesado. Então, quer dizer, por você escolher uma profissão ou você escolher uma faculdade, um setor sabe que em meio ambiente você só se forma, e cidadania é faculdade. Então, quer dizer, criança na escola e carteira assinada. Para participar de um movimento, os metalúrgicos e tal, quando são associados e se aposentam com 30 anos de trabalho, 35 anos de trabalho – os metalúrgicos – e aí ficam agregando situações indelicadas, financiamentos, prometendo coisas que não são verdade. Então, o setor de trânsito também, os motoristas de carros pequenos, carros maiores, caminhões,

de vez em quando, têm que ter mais cuidado na direção; os motoristas de ônibus também. Muito obrigada. Eu me sustento e sustento a minha educação, obrigada.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Cleomari. E, fechando com as inscrições, o Sr. Renato Farias dos Santos.

SR. RENATO FARIAS DOS SANTOS: Bom pessoal, primeiro vou começar me referindo à palavra do secretário Léo Voigt, que as pessoas não podem estar na ilegalidade. Bom, se não pode estar na ilegalidade, a primeira coisa é adiar, na realidade, é a prorrogação dessa lei ou a extinção dela. Porque é impossível agora, para dezembro, se resolver essa situação, botar todo mundo na rua sem trabalho. O pessoal está lutando por trabalho para as pessoas, para que as pessoas, justamente, não precisem estar na ilegalidade. Então, é isso: ou extinguir, ou acabar com essa lei, ou no mínimo adiar por uns dois anos.

A outra coisa, tem todo uma outra situação no meio. Muita gente depende, está ali ligada ao galpão e o lugar onde dormem é também ligado a esse galpão, ou o lugar que é alugado, ou coisa assim. Tem que ser pensado o total, se se fizer alguma coisa, tem também que se pensar em moradia, também pensar em outras formas e qualificar os galpões que existem. O que está sendo investido, o que que foi investido, em três anos, para que os galpões, em que hoje trabalham com os carrinheiros, possam dar uma condição digna. Quando incendiou a antiga vila dos papeleiros – está aqui o Sr. Antônio, naquela época eu era da FASC – e ali queimou toda a Arevipa – o que que se fez? Buscou-se recurso: se pegou duas presas – uma simples, uma polivalente – elevador de carga, carrinhos. Buscou-se recurso para qualificar o trabalho e o pessoal poder ter vida. O que que foi feito, nesses anos inteiros, para que esses galpões pudessem dar uma condição de trabalho, de renda, de vida para as pessoas? Então tudo isso tem que ser pensado, precisa um grupo de trabalho urgente que comece a trabalhar isso. A última coisa que vou dizer, também na direção da EPA – fui diretor da EPA por vários anos e professor antes –, quando impediram

os carroceiros de trabalhar, e foram incluídos ali muitos carroceiros no programa Todos Somos Porto Alegre, quantos conseguiram concluir os cursos que eram pelo Sistema S, que não tinha preparo nenhum para trabalhar com esse público? Nós tivemos alunos que reclamavam que não tinha tomado banho, por exemplo, e ia para a aula, e aí? Eu ouvi isso – o Rock está aqui –, e a Fundação Solidariedade tinha que intermediar toda hora a relação com os professores desses cursos por causa da forma e pelas coisas que aconteciam. Mesmo que queira outro tipo de trabalho, tem que ter alguém preparado para isso e não simplesmente entregar para pessoas que estão acostumadas a trabalhar com outro público. Mas eu acho que a principal coisa é isso.

Falaram acerca dos preços, por exemplo, o que que a Prefeitura faz hoje para que tenha uma forma de que esse produto agregue valor, para que se venda direto para indústrias que paguem mais? O que que é feito para isso, entende? Então esse trabalho tem que ser feito muito antes de pensar numa mudança da situação. Então é isso, não vou estender mais por que eu acho que já passei esses três minutos.

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Quero saber se está todo mundo pronto para ouvir a resposta agora do nosso vereador. Chegou o grande momento.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Mari. Obrigado, Sr. Renato. Vamos passar a palavra para o nosso representante aqui, o nosso secretário adjunto, representando a secretaria. O Sr. Nelson Beron está com a palavra.

SR. NELSON BERON: Pessoal, boa tarde a todas, a todos. Por isso que existe secretário adjunto, o titular tem que sair, o adjunto fica. Então a gente está aqui com a mesma representatividade. Agradecer, Marcelo, pela oportunidade, pelo espaço de fala, pela reunião, por essa audiência grande aqui, com a representatividade que tem. Acho que quando se fala em GT aqui não há essa

necessidade em si pelo fato dessa comissão aqui, legitimada pelo Ver. Marcelo, presidindo, e nós já participamos de outras que tem dado resultados com o poder público, é necessária e acho que já está de bom tamanho também, haja vista que o Freire tem dialogado com todo mundo do setor, e aqueles que ainda não houve o diálogo, tenham certeza de que a porta ali está aberta para que haja. Então a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social está aberta para todos vocês.

Escutei atentamente aqui a cada demanda de vocês, a cada pedido, está aqui o DMLU inclusive. Nós escutamos, vereador, vamos levar, para o centro de governo, os projetos que estão sendo elaborados, não são projetos de porta fechada, ou seja, nós traremos um pacote e: “oh, é isso aqui que vai ser...”; não é assim...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. NELSON BERON: Está bom. Não é assim; nós estamos desenhando propostas efetivas para que a gente possa apresentar para vocês e vocês trabalhem conosco nessa prospecção. Então não é chegar lá e: “oh, é isso aqui que será...” Entenderam? Assim está sendo feito com os ambulantes, que está dando muito certo, com os indígenas, está dando muito certo, mas eles estão na mesa de negociação.

Então, presidente Marcelo, nós levaremos aqui as propostas, nós levaremos cada palavra que foi dita, cada proposta, inclusive posta aqui pelos vereadores, para o centro de governo. Nós vamos realinhar, vamos conversar. Haverá devolutiva, Marcelo, como a gente tem feito com a comissão, o governo vem e devolve, dá o retorno daquilo que foi discutido no centro, e o diálogo permanece, não é a porta fechada, está aqui o diretor Freire que vem da sociedade civil, uma pessoa seríssima, está trabalhando, tenho conversado com os galpões aqui também. É o que constava, presidente.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado.

SR. NELSON BERON: Presidente, só faltou, que é o grande questionamento de vocês, nenhum governo que se preze, à véspera do Natal, do Ano Novo, e como está circulando o material, o prefeito Sebastião Melo jamais iria permitir isso, nenhum governo que se preze vai chegar para vocês dia 31 e dizer: “Me deem aqui o seu carrinho”. Isso não vai acontecer. A própria lei ela até dá um período ali de maturidade, de prorrogação, não é chegar dia 31 e vocês perderam o carrinho.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SR. NELSON BERON: As questões pontuais que nós escutamos aqui, a EPTC, a Guarda Municipal, agora eu estou indo inclusive para uma reunião com a Guarda, vou colocar isso também, presidente Marcelo, tu já tinhas me pedido antes aqui, vou colocar para a EPTC o que está acontecendo, mas tirem da cabeça o dia 31 ali, que não é de fato o que está circulando. Está bom?! (Palmas.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado. Então, para encerrarmos, para encaminharmos então essa tarde de hoje; o que ficou definido, que estaremos... Quero agradecer a presença de todos aqui; o nosso muito obrigado, porque hoje nós tivemos a oportunidade de vocês trazerem a esta comissão todas as suas solicitações, as dificuldades, essa angústia que vocês estão vivendo; são vários os encaminhamentos aqui que estão saindo nessa tarde de hoje, uma delas é a questão da EPTC, onde estaremos sim conversando com a EPTC sobre a situação, se a lei ainda vale, então não tem o porquê estar recolhendo os carrinhos. Outra situação é nós estarmos levando para o centro de governo, através, eu quero aqui agradecer ao Vicente, representando o DMLU, que estava atento aqui e tem feito um trabalho fundamental, principalmente na nossa região ali do Humaitá, e não só do Humaitá como também em outras regiões, e com certeza estará levando também para o Paulo Marques todas essas reivindicações feitas aqui nesta tarde

de hoje. E, com certeza, através desta comissão, dos vereadores: Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Cláudio Conceição, Alvoní Medina e Cassiá Carpes, estaremos sim buscando respostas para poder dar resposta para vocês, porque eu não estarei fazendo nenhum favor aqui, é um dever nosso, enquanto vereadores, porque eu me sinto muito honrado de estar aqui nesta tarde presidindo, principalmente esse trabalho, porque eu venho da mesma comunidade vocês. Moro há 48 anos dentro da Vila Farrapos, já morei na Tio Zeca, já morei na Areia ali, na Vila Farrapos. Então eu sei muito bem, vi muitas mães que eram crianças antigamente e que hoje são mães de família, e me sinto muito honrado em estar aqui presidindo esta comissão e principalmente com essa pauta tão importante. Então os encaminhamentos serão dados. Rodrigo, obrigado por ter trazido para esta Casa e principalmente para esta comissão, para que a gente pudesse trazer toda esta comunidade que faz esse serviço muito relevante para a cidade de Porto Alegre, inclusive eu quero aqui fazer um comunicado a vocês, que nós estamos conseguindo, porque hoje, Mari, nós fomos conhecidos ali pela, não a cidade, mas a nossa região ali está com problema de descarte irregular muito grande. Então, o que que acontece? Eu acredito que nós temos que nos ajudar a fazer essa prevenção, a dizer para as pessoas para não fazer esse descarte irregular, porque esse descarte irregular está prejudicando, muito principalmente ali para os alagamentos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Estão vendo ainda. Unidade, não é um descarte, é unidade de destino certo. Inclusive está se estudando isso ainda, Mari, inclusive eu estou destinando, das minhas emendas, para colocação de mais de 100 lixeiras ali na nossa região, para ajudar. Então agradeço a todos aqui presentes hoje...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado pela presença de todos. Tenham um bom final de tarde. (Palmas.) Nada mais a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h28min.)

TEXTO SEM REVISÃO